

A. I. N° - 0919415-2/01
AUTUADO - REVISA REVENDEDORES DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS SALVADOR LTDA.
AUTUANTE - SILVIO CHIAROT DE SOUZA
ORIGEM - INFRAZ JEQUIÉ
INTERNET - 16.04.02

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0119-02/02

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. PEÇAS PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Os contribuintes distribuidores, atacadistas ou varejistas, deverão proceder a antecipação tributária sobre as aquisições interestaduais, na entrada no território baiano de acordo com a Portaria nº 270/93. Infração elidida parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 04/03/2001, pela fiscalização de mercadorias em trânsito, para exigência de ICMS no valor de R\$ 2.713,25, em decorrência da falta de antecipação tributária, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente à aquisição de auto peças provenientes de outra Unidade da Federação através das Notas Fiscais n^{os} 409029; 407169; 407198. 407199; 408023 e 408108, emitidas por Ford Motors Company Brasil Ltda.

O sujeito passivo por seu representante legal, no prazo regulamentar, em seu arrazoado defensivo constante às fls. 23 a 26, alega que procedeu na forma prevista na legislação tributária recolhendo em 08/03/2001, o imposto no valor de R\$ 2.452,57, relativo às Notas Fiscais n^{os} 407169; 407198. 407199; 408023 e 408108 citadas no Termo de Apreensão e Mercadorias e Documentos, conforme DAE à fl. 38.

O defendente alega ainda que o Auto de Infração consignou o total da base de cálculo no valor de R\$ 21.784,22, quando entende que o valor correto é de R\$ 20.137,94, dizendo que não conseguiu identificar o equívoco cometido pelo autuante, a não ser a inclusão indevida do frete que já se encontrava pago pelo regime de substituição tributária, conforme CTRC nº 810293 (doc. fl. 39).

Ao final, requer a improcedência de ação fiscal.

Na informação fiscal à fl. 43, o autuante acata a defesa, mas diz que o autuado deixou de considerar o valor constante a Nota Fiscal nº 409029 (doc. fl. 06). Refez os cálculos da antecipação tributária com a exclusão do frete, resultando no débito no valor de R\$ 2.500,60.

Face à juntada aos autos de novo demonstrativo do débito, foi intimado o autuado a tomar conhecimento, não tendo o mesmo se pronunciado no prazo estipulado na intimação.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigência de imposto em razão da falta de antecipação tributária do ICMS, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente à aquisição de auto peças, provenientes de outra Unidade da Federação, e relacionadas nos anexos 69 e 88, conforme Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos e Demonstrativo de Débito às fls. 02 e 03.

O Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos nº 064412 (doc. fl. 03) que fundamenta a autuação faz referência às mercadorias constantes nas Notas Fiscais nºs 407169; 407198. 407199; 408023 e 408108. Já no Demonstrativo do Débito, intitulado de Planilha de Cálculo da Substituição Tributária sobre Auto Peças (doc. fl. 02), além dessas notas fiscais, consta também a Nota Fiscal nº 409029, não citada no TA.

Na defesa fiscal, o autuado não discute a sua obrigação em proceder o pagamento antecipado do imposto nas referidas aquisições de auto peças, porém, após a exclusão do frete incluído indevidamente no demonstrativo de débito, procedeu o recolhimento do valor de R\$ 2.452,57 correspondente às notas fiscais constantes no Termo de Apreensão, enquanto que o autuante ao refazer o cálculo do débito apurou o valor de R\$ 2.500,60.

Confrontando-se o cálculo do valor reconhecido pelo autuado com o demonstrativo refeito do autuante, percebe-se que a diferença entre ambos decorre da não inclusão, por parte do autuado, da Nota Fiscal nº 409029. Entendo como correto a não inclusão do referido documento fiscal no cálculo da substituição tributária, tendo em vista que não foi mencionado no Termo de Apreensão, que fundamenta a autuação.

Desta forma, subsiste em parte a ação fiscal, cujo débito a ser exigido totaliza a cifra de R\$ 2.452,57, conforme demonstrativo abaixo:

| N.FISCAL | VALOR | IPI | B.CÁLCULO | MVA | BC-ST | IMP. | C.FISCAL | IMP.REC. |
|----------|-----------|----------|-----------|-------|-----------|----------|----------|----------|
| 407169 | 202,07 | 11,23 | 213,30 | 34,00 | 285,82 | 48,58 | 14,14 | 34,45 |
| 407198 | 2.952,47 | 432,02 | 3.384,49 | 34,00 | 4.535,22 | 770,99 | 206,67 | 564,32 |
| 407199 | 692,73 | 67,57 | 760,30 | 34,00 | 1.018,80 | 173,20 | 48,48 | 124,72 |
| 408023 | 697,35 | 108,27 | 805,62 | 34,00 | 1.079,53 | 183,52 | 48,82 | 134,70 |
| 408108 | 9.325,34 | 539,27 | 9.864,61 | 34,00 | 13.218,58 | 2.247,16 | 652,77 | 1.594,39 |
| TOTAIS | 13.869,96 | 1.158,36 | 15.028,32 | | 20.137,95 | 3.423,45 | 970,88 | 2.452,57 |

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração, no valor de R\$2.452,57, homologando-se o valor recolhido pelo autuado após o início da ação fiscal (08/03/01), conforme DAE à fl. 38.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, o Auto de Infração nº 0919415-2/01, lavrado contra **REVISA REVENDEDORES DE VEÍCULOS E IMPLEMENTOS SALVADOR LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 2.452,57**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, alínea “d” do artigo 42 da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais, homologando-se o valor comprovadamente recolhido.

Sala das Sessões do CONSEF, 11 de abril de 2002.

FERNANDO A. B. DE ARAÚJO - PRESIDENTE

JOSÉ CARLOS BACELAR – RELATOR

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - JULGADOR